

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

O patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas

Flávia Brito do Nascimento

Iphan/SP

Escola da Cidade

flaviabn2010@gmail.com

Simone Scifoni

Depto de Geografia/USP

simone.geo@usp.br

Condephaat/SP

Resumo:

Em que pese o fato da industrialização constituir no estado de São Paulo processo essencial definidor do que se pode chamar de identidade do território, contraditoriamente os espaços construídos e/ou apropriados pelo operariado, sejam eles de moradia, de trabalho, de luta ou de lazer, não se encontram adequadamente contemplados pelas políticas de proteção do patrimônio cultural. É neste contexto que o presente trabalho tem por objetivo problematizar as questões relativas a uma das temáticas inerentes ao patrimônio industrial: a dos bens testemunhos da memória do trabalhador. Partimos do pressuposto de que, sob a ótica do patrimônio industrial, há muito mais do que a perspectiva centrada nos meios de produção, ou seja, os espaços fabris e o maquinário. Sendo assim, propomos pensá-lo a partir daquele que é, dentro do processo produtivo, o sujeito criador de valor e de riqueza material, ou seja, o trabalhador.

Palavras-chave: memória operária, lugares de memória; moradia operária

1. O tema e o problema

Desde o final da década de 1970, as regiões industriais tradicionais no país, como é o caso da metrópole de São Paulo, testemunham mudanças em seu elemento central constituinte e força motriz: a concentração das atividades industriais. A dispersão das

plantas industriais em busca de novos espaços deu-se tanto com a mudança de antigas fábricas localizadas nas zonas industriais tradicionais, como na escolha locacional dos novos empreendimentos ou da expansão dos já existentes para fora da metrópole ou em seus limites. A esse processo, que se denomina de reestruturação urbano-industrial, acrescentam-se elementos como a crise econômica da chamada década perdida e as políticas neoliberais que abriram o mercado para os produtos importados, o que resultou em fechamento de inúmeras fábricas em função da competição de preços.

Com esse processo deu-se o esvaziamento de antigas e tradicionais zonas industriais e, na região metropolitana de São Paulo, isso ocorreu com maior peso na capital e no Grande ABC, produzindo consequências diretas no operariado e na paisagem industrial, apagando a memória do processo de industrialização e fomentando esquecimentos. Nesses lugares da metrópole se constituiu contemporaneamente um constante estranhamento: a dispersão espacial da indústria criou grandes espaços vazios de uso e os bairros operários se transformaram com antigos moradores sendo obrigados a se mudar, posto que pressionados por reformulações urbanísticas, processos de revalorização e políticas de enobrecimento. A antiga paisagem industrial e operária caracterizada pelos extensos galpões, as chaminés, o movimento da rua dado pelo apito da fábrica, as pequenas casas dos operários e a vida social na rua; estas formas e conteúdos urbanos foram deste modo substituídos por uma paisagem cada vez mais similar e mundial, pelas novas formas do morar enclausurado entre muros. Sobre estes lugares da metrópole Mattos (1982, p. 47) nos diz: “A cidade tinha um passado, uma história descentralizada, uma soma de experiências próprias, de práticas cotidianas. O bairro tinha ele próprio seus micro-lugares, suas aventuras, sua identidade”.

Na metrópole contemporânea em constante redefinição de usos, de formas e conteúdos da urbanização, os poucos lugares que ainda se mantém e que retém a memória deste processo fabril, em particular, a memória de uma experiência social de vida operária, são aqueles que correm maiores riscos de desaparecimento, transformados por iniciativas de revalorização urbana, conduzidas e orientadas por políticas públicas e pela ação do mercado imobiliário. Estes poucos lugares estão na categoria de *espaços residuais*, conforme discute Seabra (2004), como fragmentos de velhos bairros que não se apresentam funcionais, ao contrário, tornam-se obstáculo à mobilidade e a circulação urbana, vez por outra arrasados por um urbanismo de mercado. Lugares que, “[...] de alguma forma permanece retida a história inteira, vivida

e experimentada com sua riqueza e pobreza, com seus impasses e contradições, porque eles são acumulação de tempos sociais e históricos.” (*op. cit.*, p. 186).

Estes lugares guardam um sentido político ao permanecerem e resistirem dentro da metrópole à tendência de homogeneização, à imposição de um novo modo de vida antiurbano, de negação da cidade, de distanciamento social e de confinamento de seus moradores somente entre os iguais. Por meio destes lugares que resistem é possível fazer a leitura da constituição do espaço urbano a partir de outros sujeitos sociais, a partir do cotidiano de vida dos trabalhadores e das lutas pelo e no trabalho.

O ponto de partida neste artigo é, assim, olhar para o patrimônio industrial constituído por estes lugares e bens que remetem à memória do trabalho vivo, trabalho humano criador de riqueza material, portanto, daquilo que testemunha uma memória operária: os espaços de morar, da luta e resistência, da vida cotidiana do trabalhador, este sujeito coletivo que ainda permanece oculto na memória oficial. O desafio é refletir sobre o papel e importância social destes suportes de memória frente às políticas oficiais de proteção do patrimônio cultural.

Pretendemos discutir esta dimensão do patrimônio industrial e suas problemáticas a partir da noção de *lugares de memória*, proposta do Nora (1997) e de suas diferentes categorias, conforme abordadas por Rébérioux (1992). Aprofundaremos a reflexão a partir do enfoque em dois estudos de casos de diferentes lugares da memória operária: os conjuntos habitacionais como memória da produção estatal da moradia para o trabalhador e o Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, como memória da organização e luta sindical e da apropriação da cidade pelo operariado.

A intenção é mostrar que memória operária não está, em absoluto, restrita à indústria ou aos espaços produtivos. Pode-se dividi-los em lugares de trabalho, lugares de sociabilidade e lugares simbólicos, utilizando o conceito de lugares de memória, cunhado por Pierre Nora. Os espaços de solidariedade e de sociabilidade são amplos, e podem ser, por exemplo, bares noturnos, cafés ou igrejas. Os bares e cafés de encontro dos operários no final do dia são repletos de simbolismos, evocados em músicas, nos balcões, nas mesas, nos objetos utilizados, nas comidas. Os lugares simbólicos da vida e da luta do operariado são forjados conscientemente pela “vontade de vencer o esquecimento no qual se mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados”. Para Madeleine Rébérioux, são lugares patrimoniais no mesmo sentido que é o Arco do Triunfo.

2. Lugares de memória e a memória operária

É na obra intitulada *Les lieux de mémoire*, organizada por Pierre Nora em 1984, que se propõe pela primeira vez a expressão definida como os “lugares onde a memória se cristaliza ou se refugia”. A preocupação com a questão naquele determinado momento, aparecia em um contexto de aceleração da história e de consciência de ruptura com o passado, como produto das transformações profundas vivenciadas pela sociedade, quer seja pelo processo de desindustrialização na Europa, alimentado também por mudanças impressas pela mundialização da economia e cultura, na generalização dos comportamentos, gostos e valores.

Para o organizador da obra, estas transformações resultaram em rápido desaparecimento da memória nacional e livro tinha como objetivo a realização de um “inventário dos lugares onde essa memória estaria encarnada” (NORA, 1997, p.15). Para o autor, a expressão designaria lugares que contem a memória nacional, objetos capazes de simbolizar a formação da nação, tais como as festas, as comemorações, os dicionários, os monumentos. Sendo assim, o elemento central da noção de lugar de memória era a busca pelo sentido do nacional, da nacionalidade. Em várias passagens na abertura do livro, o autor deixa claro esta preocupação, já que define os lugares de memória como “nosso momento de história nacional” (op.cit, p.42).

Entretanto, segundo Decca (1992), não se pode confundir esta abordagem como se fosse uma obra de caráter ufanista e exaltadora da memória oficial, ao contrário, o que se procurou entender foram os suportes da memória coletiva pouco estudados e que estavam na essência da formação do cidadão francês. Contrapondo-se a glorificação de uma determinada representação do passado, o que Pierre Nora afirmou foi a memória como vida, carregada por grupos vivos e construída na dialética da lembrança e do esquecimento. A memória do nacional que se buscou foi a da tradição vivida na repetição do tempo, como o elemento fundante da identidade do que é ser francês e, também, como busca de si mesmo em um mundo em ruptura e transformação.

Mais contemporaneamente os lugares de memória vêm se constituindo como tema de pesquisa entre historiadores, sociólogos, antropólogos e arquitetos, algumas vezes sob a perspectiva de objetos patrimonializáveis, por meio das políticas públicas de cultura. Pretendemos aqui, sob a perspectiva do enfoque da memória operária, repensar a noção de lugares de memória, ampliando a sua conceituação.

Partimos, inicialmente, da reflexão sobre a noção de lugar. Originariamente atrelado com o sentido de localização, ou seja, como ponto único na superfície terrestre, a

noção de *lugar* na ciência geográfica adquiriu mais recentemente um novo significado. De acordo com Carlos (1996), o "lugar é a base da reprodução da vida", suporte e meio no qual a vida cotidiana acontece. Isso não significa compreendê-lo como palco ou substrato físico inerte, ao contrário, ele é parte constitutiva da vida humana, ao mesmo tempo ponto de partida e resultado de um processo de apropriação, transformação e uso do espaço. Como dimensão concreta e real do espaço geográfico, o lugar é produto de uma construção social cotidiana, que se dá ao mesmo tempo em que a sociedade reproduz sua existência, relações sociais, cultura, valores e a própria história humana.

O lugar se define e traz o sentido do cotidiano, das relações de trabalho, vizinhança e lazer, dos momentos de encontros e lutas pela sobrevivência, da possibilidade de apropriação social. E, como tal, contem o sentido que Lefebvre (1991) chamou de "grandeza do cotidiano" expresso na vida que se perpetua, na apropriação do espaço pelo corpo e pelo desejo, na moradia, na criação do mundo prático-sensível, na obra, na festa. Dialeticamente, conforme o autor, ele contem, também, o sentido da "miséria do cotidiano" representada nas atividades parcelares, na repetição do gesto no trabalho, na escassez e privação, na violência.

O lugar guarda a dimensão do vivido e da vida cotidiana e, portanto, nele se formam os laços de uma identidade espacial, o sentido dado por se reconhecer naquele lugar, como diz Carlos (1996). É nesse sentido que nele se ancoram, contraditoriamente, as lembranças do viver, com toda a sua riqueza revelada nas relações familiares, nos prazeres do lazer e tempo livre, na sociabilidade das ruas, como também lembranças que remetem às contingências, às restrições da vida e do trabalho. Mas as lembranças da vida cotidiana que podem ser entendidas como individuais, são, sobretudo, construções dadas coletivamente, no seio dos grupos sociais, pois são resultado do compartilhamento de experiências, de práticas socioespaciais. Como nos lembra Halbwachs (2006), ainda que referenciadas em sensações e percepções individuais, nossas lembranças permanecem coletivas, pois jamais estamos só. Elas se situam em "quadros sociais da memória" nos quais as lembranças individuais se articulam à memória dos grupos.

Neste sentido, para além da nacionalidade e da busca do nacional como o sentido originariamente contido na expressão lugares de memória de Nora, pensamos essa noção a partir de outro ponto de vista, ou seja, os lugares de memória como aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas. Os

lugares de memória situam-se, assim, não no plano da construção de uma identidade do nacional, mas na dimensão do imediato, na qual se produz o humano.

Assim, a compreensão dos lugares da memória operária envolve pensar na ordem local, como dimensão na qual se criam os laços de identidade e de solidariedade, o plano em que se dá a vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas contraditoriamente pelas contingências da ordem distante, do mundial.

É esse mesmo sentido contido em Rébérioux (1992). Ao estudá-los a partir da experiência francesa, propõe a classificação em diferentes categorias: lugares de trabalho, lugares de solidariedade e sociabilidade, lugares simbólicos. A autora destaca inicialmente que o tema dos lugares de memória operária apareceu, nos anos 1980, resultado da ampliação de abordagem sobre a memória que incluiu uma maior diversidade de grupos sociais, entre eles os camponeses e o operariado, processo relacionado com a ampliação conceitual na área de patrimônio histórico.

Para a autora, das três tipologias de lugares de memória, é forçoso começar pelos lugares de trabalho, já que é a atividade industrial que produz o operário, que o distingue. Por lugares de trabalho ela define a fábrica, a oficina e a usina. Ressalva, porém que o lugar no qual se guarda a memória do trabalho não corresponde necessariamente ao espaço global da fábrica. A dimensão e escala das unidades industriais dificilmente possibilita a vivência integral do que é o estabelecimento fabril, exceção feita aos sindicalistas, em função da essência de seu trabalho militante, que permite essa vivência global. Ao contrário, a experiência da maior parte do operariado é em pontos restritos, relacionada ao espaço da oficina ou galpão onde trabalha e encontra os mesmos companheiros.

Como lugares de solidariedade e sociabilidade, ela destaca os cafés de Paris, ao final do século XIX, onde se bebia, fumava, jogava e onde se constituíram inúmeras associações operárias. Ela cita o exemplo de uma pequena cidade da França no início do século XX, com cerca de dez mil habitantes, que possuía 86 associações operárias sediadas em cafés. São também lugares definidos pelo gênero, essencialmente masculinos e lugares de onde brotavam versos e canções que retratavam a vida no trabalho, as alegrias e tristezas, conflitos e solidariedade. “A usina, o café, a rememoração operária ali se detém quando se interrogam os velhos operários e eles nos oferecem suas lembranças a respeito daqueles lugares.” (RÉBÉRIOUX, 1992, p.53).

Por fim, a autora apresenta os lugares simbólicos, aqueles carregados de memória militante e consciente, no sentido de rememorar a resistência contra a alienação da vida operária, lugares que simbolizam esta luta, suas perdas e vitórias. Em Paris, o Muro dos Federados, ligado aos eventos da Comuna de Paris, o lugar por excelência da memória militante, segundo a autora.

Entretanto, ao contrário do caminho proposto por Réberieux, que começa na fábrica como o lugar central de memória operária, optamos no presente texto por uma abordagem diferente, refletindo sobre questões que nos parecem mais prementes para o caso brasileiro. Em primeiro lugar se faz necessário problematizar a questão do morar operário, a partir das experiências estatais de construção dos conjuntos residenciais de arquitetura moderna. Quais os desafios que se colocam para seu reconhecimento e proteção como patrimônio cultural, bem como para a garantia de conservação da qualidade habitacional inerente aos projetos? Em segundo lugar nossa análise da memória operária nos leva aos lugares de luta e de organização dos trabalhadores, como aqueles em que se deu a apropriação da cidade e do espaço público. Para tanto, optamos por evidenciar um lugar que tomou a cena política nacional e no qual, modernamente, o trabalhador reconquistou seu papel de sujeito da própria história.

3. Lugares de Moradia: os conjuntos residenciais do IAPs

Os conjuntos residenciais são emblemáticos do discurso que se construiu a respeito da obsolescência conceitual que acarreta em degradação física, dado que neles as transformações materiais são profusas e evidentes. As imagens do mais famoso conjunto residencial brasileiro, o Pedregulho, localizado no Rio de Janeiro, as quais correram o mundo e fizeram, em grande parte, a fama da arquitetura brasileira, são talvez apenas evocação do seu estado presente: habitado há décadas, com desgastes materiais, com gestões equivocadas, sem manutenção, com intervenções variadas.

Como mostrou Silva (2006), em estudo sobre o Conjunto Residencial do Pedregulho, as marcas do tempo dão a todas as edificações do conjunto aspecto envelhecido, e não deixam dúvidas da distância entre o projeto ideal e seu abandono real. No entanto, resignar-se que a ação do tempo é parte da historicidade das edificações, que há adições que adquiriram seu direito de permanecer, que, por fim, há processos de envelhecimento, parece ser importante na aproximação e valoração dos conjuntos residenciais.

Na Europa as posturas de atuação nos conjuntos residenciais a partir dos anos 80 foram da demolição e construção do novo à adaptação do existente à cidade construída, passando por musealizações ou substituições de partes substantivas das composições. Para salvaguardar as construções residenciais públicas do pós-guerra, como fala a pesquisadora italiana Cerroti (2008) é preciso contemporizar entre conservar e inovar na dinâmica urbana, tendo-se em conta os valores arquitetônicos e ambientais. O ponto de partida seria compreender os valores dos conjuntos residenciais a serem legados às gerações futuras. Seriam todos patrimonializáveis? Malgrado as transformações existam e façam parte da realidade, qual é sua historicidade? O que preservar, o que transformar em face das necessidades na vida contemporânea e da eventual obsolescência dos modos de vida propostos originalmente?

A investigação dos problemas de preservação dos conjuntos residenciais brasileiros mostrou que a gama de fatores de conservação é extremamente diversa. Os grandes esforços do grupo de pesquisa “Pioneiros da Habitação Social no Brasil” trataram de trazer ao conhecimento a vasta e riquíssima experiência habitacional brasileira do século XX, coadunadora de pensamento arquitetônico e urbanístico moderno com realização estatal. São cerca de 300 conjuntos residenciais estudados pelo grupo de pesquisa e com informações levantadas e processadas, construídos pelos diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPI, IAPB, IAPC, IPASE, IAPETEC), pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro e pela Fundação da Casa Popular.

O universo dos conjuntos residenciais brasileiro é bastante amplo, não tendo havido homogeneidade na produção, sendo ela vasta, com variações tipológicas, tecnológicas, urbanísticas e de filiação teórica. Há edifícios em altura em meio ao tecido urbano consolidado, tais como o Japurá (de Eduardo Kneese de Melo) e o Anchieta (dos Irmãos Roberto) em São Paulo, grandes conjuntos de edificações laminares em meio a áreas verdes combinados com casas isoladas como o Realengo e Vila Guiomar (de Carlos Frederico Ferreira), soluções espetaculares de exceção como o Pedregulho e grandes produções massivas como os conjuntos do IAPI de Bangu, Moça Bonita e Penha, no Rio de Janeiro. Todas são realizações importantes e de grande impacto urbano, não importando se de arquitetos de renome ou produzidas nas repartições dos institutos.



Figura 1 – Conjunto Residencial de Bangu (Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil, anos 2000)

Outra peculiaridade fundamental dos conjuntos nacionais construídos dos anos 30 aos 60 no Brasil é o perfil da população residente. Ainda que muitos deles tenham sido vendidos ou repassados adiante pelos moradores originais, em alguns deles a configuração social se mantém, permanecendo os vínculos identitários e memoriais da época de implantação dos programas dos IAPs. As habitações são ocupadas pelos trabalhadores do Instituto que o construiu, o que, em muitos casos é determinando do estado de caracterização das edificações. É interessante observar que à época da ocupação dos conjuntos, como relatado em estudo sobre o Conjunto do Realengo, a relação dos moradores com a autoridade do Estado proprietário das casas no que se referia às regras de convivência, conduta e gestão das casas nem sempre era tranquila. A presença forte do Estado representado pelas assistentes sociais com proibições como a construção de muros entre as casas gerava tensões e conflitos (MANGABEIRA, 1986). Passados tantos anos da ocupação e da dissolução do programa de moradia estatal, restam os objetos os materiais e suas lembranças. Aos conflitos do passado se dão novas significações e, pelo que se pode observar, em geral os conjuntos do IAPI onde houve o projeto de moradia mais intenso, há mais vínculos afetivos e memoriais dos moradores com seus espaços.

Em qualquer tipologia arquitetônica o estado de conservação e caracterização depende da articulação positiva entre vários fatores. Nos conjuntos públicos de meados do século XX, como são os IAPs, tais fatores podem ser a efetivação da construção tal como projetada, a sua forma de ocupação, ou, ainda, os vínculos de afetividade dos estabelecidos pelos moradores atuais entre si e com o espaço de moradia, levando a ações mais contundentes como foram os pedidos de tombamento dos Conjuntos Residenciais da Lagoinha e de Passo d'Areia, ambos do IAPI. A prevalência de um destes fatores influencia positiva ou negativamente sua conservação. O Conjunto Residencial Saco dos Limões em Florianópolis-SC, construído em 1942 pelo IAPI, composto por 100 unidades habitacionais construídas duas a duas, é ocupado na sua maioria pelos moradores originais que se identificam com a obra e mantém as casas com alterações que podem ser importantes, mas não o descaracterizam (SZUCS; TRIVELLA; SOUZA, 2003).

O Conjunto Residencial Paquetá mostra o quão variáveis são os fatores históricos que influenciam na preservação das habitações de interesse social. Projeto de Francisco Bolonha para o Departamento de Habitação Popular, construído na Ilha de mesmo nome, de pequenas dimensões (com apenas 27 casas) pode receber especial atenção da assistência social, sendo o único dos quatro conjuntos construídos pelo Departamento de Habitação Popular em que o plano social foi executado mais prolongadamente, com grande atuação assistencialista. Seus moradores têm hoje grande apreço pelo espaço de morar, com muitos laços afetivos, e, exceto da área livre dos fundos, encontra-se em bom estado de conservação. As esquadrias, item com frequência alterado não apenas em moradias populares, conservam-se íntegras, todas pintadas do mesmo tom azul, e a volumetria e a cobertura mantêm-se originais.

Figura 2.

Pode-se precisar com alguma acuidade o início do processo mais intenso de deterioração e abandono dos conjuntos residenciais construídos pelos IAPs. Ele coincide com o fim dos institutos e a venda das unidades residenciais. Tal processo aconteceu nos anos 60, quando teve fim a administração direta dos conjuntos pelos Institutos que eram essenciais ao projeto mais amplo de ideologia do trabalhador brasileiro. As habitações construídas durante o Estado Novo transcendiam os sentidos do mero teto que abriga; com elas se pretendia a conformação e educação do trabalhador. A administração das unidades não era apenas burocrática ou da propriedade, mas advinha de tais convicções e foi, muitas vezes, proximamente acompanhada de trabalhos sociais, nos quais as assistentes sociais tiveram papel

ativo. Em maior ou menor grau, dependendo da localidade e época de inauguração, a administração pelos IAPs foi presente.



Figura 2 – Conjunto Residencial de Paquetá, 1950, Rio de Janeiro (Flavia Brito do Nascimento, 2002)

Principalmente nos conjuntos residenciais do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, o IAPI, houve a atuação direta e ativa das assistentes sociais nas mais diversas dimensões da vida, no âmbito privado ou público. Ensinar a cuidar da casa e das crianças, bem como organizar tarefas de sociabilidade como festas e recreações cabia no escopo das atividades da administração do conjunto e que fazem parte do quadro de memórias dos seus moradores.

A venda das unidades residenciais significou a dissolução definitiva do projeto social, levando à gestão pelos moradores, restrita aos blocos residenciais, perdendo-se o sentido de unidade de vizinhança articuladas por diversos serviços, como escola, creche, posto de saúde e clube. Os moradores tiveram que se organizar em condomínios, cuja forma de criação determinou a divisão ou a unidade dos blocos, decorrente da própria capacidade associativa dos residentes. No Conjunto Residencial Santa Cruz, em São Paulo, construído pelo IAPB, os moradores de grande tradição sindical manejaram a criação de um condomínio para todos os blocos, assegurando

sua unidade. Com isso, não houve o gradeamento isolado e individual de cada bloco, mas sim do conjunto inteiro. Outros conjuntos não tiveram tal fortuna, e os condomínios foram criados bloco a bloco, implicando no cercamento individual e na progressiva privatização dos espaços semipúblicos, como jardins e praças (FRASSON, 2000).

Há casos em que mesmo com a dissolução dos programas sociais e a destinação dos edifícios para outros usos, o simbolismo das edificações se perpetua, indo para além dos limites do conjunto. O Conjunto Residencial da Penha, construído no Rio de Janeiro no final da década de 1940 pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, quando esse foca a ação na construção de grandes conjuntos habitacionais conformados por blocos laminares de habitação coletiva, foi munido de uma grande área livre, uma escola e um clube, todos ainda extensamente utilizados pela população. O Clube, hoje administrado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, segue conhecido pelo seu nome original, GREIP - Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários. Criado pelos moradores em 1950, o GREIP manteve papel muito ativo no conjunto, promovendo práticas esportivas, festas, bailes, concursos de missas e transmissão de programas de rádio e de televisão. Tornou-se uma referência cultural e política do bairro da Penha, para fora dos limites do conjunto (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, s/d).

No conjunto do Realengo, o primeiro construído pelo IAPI, muitos moradores lembram-se com certa nostalgia dos anos de administração inapiária e da vida social e comunitária que se tinha. O conjunto, conhecido por Moucouzinho ficou famoso por congrega militantes do Partido Comunista, e ainda conta com forte politização dos moradores, elegendo representantes do poder legislativo municipal e estadual. A luta pelo aproveitamento dos espaços do conjunto e por sua ressignificação pode ser compreendida na fala de uma moradora sobre a adaptação da caixa d'água para atividade cultural, que é símbolo dos conjuntos dos IAPIs: "A caixa já era para uso dos moradores do antigo IAPI no passado e uma iniciativa que reaproveite o prédio trazendo cultura, nos será ainda mais útil hoje". (MIGUEL, 2004).

No Conjunto Residencial do Realengo a dissolução da identidade da comunidade de industriários extremamente politizada e ligada ao Partido Comunista Brasileiro, não por coincidência, se dá concomitante à criação do Banco Nacional de Habitação e o fim dos laços do IAPI com os seus moradores. O grau de identificação dos moradores atuais com os Institutos de Aposentadorias tem claros rebatimentos na preservação das habitações e seus equipamentos. (MANGABEIRA, 1986)



Figura 3 – Conjunto Residencial do Realengo (Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil, anos 2000)

Há muitos outros casos de conjuntos em que os moradores não guardam mais qualquer relação com o período da implantação. O entendimento da existência de projeto mais amplo no qual se inserem os conjuntos, criam laços afetivos importantes para a preservação, da mesma forma que a falta de vínculos pode gerar descompromissos. Deve-se compreender a grande diversidade dos moradores dos conjuntos habitacionais, decorrente das categorias profissionais como reflexo dos planos de construção de habitação dos Institutos, que geraram propostas habitacionais diversas. (BONDUKI, 1998)

Muitas vezes a categoria profissional residente garantiu dado perfil. Este é o caso do IAPB de Santa Cruz, cujos moradores eram de perfil socioeconômico relativamente mais alto. Muitas vezes a localização urbana determinou a alteração do perfil, como ocorreu com o Conjunto Residencial Jardim de Allah, construído pelo Instituto dos Comerciantes. Por estar situado em meio ao bairro do Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro, passou a ser local de interesse, ocupado por muitos jornalistas. Mas a localização por si mesma não significa a mudança do perfil dos moradores, como se pode comprovar pelo conjunto vizinho ao Jardim de Allah, a Cruzada São Sebastião, projeto de D. Helder Câmara para moradia dos moradores da Favela do Pinto, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, em que os apartamentos permaneceram estigmatizados.

A propriedade dos imóveis e da terra gera grande parte dos problemas de gestão e conservação dos conjuntos. A entrega da administração aos moradores levou a conflitos que são resolvidos caso a caso e conforme a capacidade de articulação. Coleta de lixo, cobrança de taxas de manutenção, instalação de equipamentos novos e resolução dos problemas cotidianos ficam sob a responsabilidade dos condôminos. Pressionados pelos cada vez mais comuns problemas de violência urbana, os moradores dos conjuntos residenciais, que foram dispostos em grandes livres e abertos para a cidade, sentem-se mais vulneráveis e pressionam por intervenções de segurança. No entanto, muitas vezes não podem realizar ou arcar com obras como cercamento completo das glebas, em geral muito grandes e de responsabilidade do poder público. As intervenções como resposta à violência urbana acontecem particularmente, de bloco a bloco, de unidade a unidade. Iniciativas como o gradeamento de blocos interferem e ferem os princípios da configuração moderna de quadra com o rompimento da relação edifício-lote. Elas ultrapassam as tentativas individuais de transformação e melhoria das casas, como troca de esquadrias, problema clássico de gestão em sítios de interesse histórico.

A itemização dos principais desafios à preservação e conservação dos conjuntos residenciais brasileiros mostra o quão urgentes são as ações públicas que valorizem, problematizando as críticas e os incorporando naquilo que tem de ganho à qualidade habitacional e que assegurem a sua permanência enquanto alternativa de moradia. Ademais, revelam a complexidade e as particularidades dos casos específicos. Para cada conjunto são imprescindíveis estudos aprofundados que abarquem facetas arquitetônicas (com levantamentos métricos e do estado de conservação), a história do projeto, da construção e do órgão promotor, a trajetória dos edifícios de moradia e das áreas comuns ao longo do tempo, além do envolvimento consistente e participativo dos moradores. Sem o estudo caso a caso com a participação dos moradores nas obras e projetos de restauração, a tendência será a da reprodução de paradigmas tradicionais e ortodoxos de patrimônio que não condizem com as expectativas e os conceitos do século XXI. (NASCIMENTO & SCIFONI, 2010; SILVEIRA & BEZERRA, 2007)

Partiu-se do pressuposto do respeito aos conjuntos residenciais na qualidade de bens culturais, documentos históricos das formas de morar, da produção de habitação social, das formas de ocupação das cidades brasileiras, da sociabilidade operária e das políticas estatais para o trabalhador brasileiro, e produtos arquitetônicos exemplares das expressões modernas nacionais. Tendo-os como bens culturais é

necessário partir de adequado aporte teórico-metodológico e exaustivo conhecimento sobre suas peculiaridades, de modo a encaminhar corretamente ações de salvaguarda. Considerando as especificidades da arquitetura dos conjuntos residenciais modernos, o desafio é articulá-las aos princípios da teoria da restauração, permitindo avançar no debate, e, logo, nas práticas. Na tentativa de compreensão da produção habitacional, percebe-se que do ponto de vista físico, as modificações, alterações e degradações variaram conforme condicionantes muitos específicos dados pelos processos históricos de cada construção, ocupação e gestão ao longo do tempo.

4. Lugares de Luta: o Estádio de Vila Euclides (São Bernardo do Campo)

O Estádio de Vila Euclides foi palco, no final dos anos 1970, das lutas operárias que se desdobraram em um movimento político pela redemocratização do país, motivo pelo qual ele poderia ser considerado como um patrimônio cultural nacional representativo da memória dos trabalhadores. Ele se constituiu no principal marco espacial de um processo de tomada de consciência e organização dos operários metalúrgicos, em um contexto político de regime de ditadura e restrição dos direitos políticos. Lá ocorreram as grandes assembleias de trabalhadores metalúrgicos durante as greves de 1979 e 1980, reunindo cerca de 100 a 150 mil pessoas que lotaram o gramado, as arquibancadas e os muros de divisa. Cenas como a de helicópteros, caminhões e carros da polícia militar e do exército cercando o estádio tornaram-se famosas na imprensa nacional e internacional. O estádio foi a solução prevista para viabilizar a realização das assembleias dos trabalhadores, já que a cada dia o movimento se ampliava. Ele foi utilizado tanto durante a greve geral dos metalúrgicos de 1979, a primeira da categoria desde a decretação do AI-5 em 1968, como na greve dos 41 dias, no ano de 1980 e que culminou com a prisão dos diretores do sindicato dos metalúrgicos.



Figura 4 – Assembleia dos Metalúrgicos lota o Estádio da Vila Euclides em abril de 1980 (Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC)



Figura 5 – Assembleia dos Metalúrgicos no Estádio da Vila Euclides durante a greve de 41 dias em 1980 (Acervo do Serviço de memória de São Bernardo do Campo)

Para compreender esse processo de tomada de consciência é preciso lembrar que, nos anos 1970, a combinação de uma série de fatores contribuiu para a assunção de um movimento novo no cenário político do país sob a ditadura. No contexto incluía-se uma política econômica que restringia o poder de compra dos trabalhadores para conter os índices inflacionários, a coação nas fábricas, a inexistência das liberdades fundamentais, a forte repressão do Estado que se abatia sobre os movimentos sociais, as péssimas condições de vida nas cidades. Todos estes fatores levaram o trabalhador a se reconhecer como sujeito de sua própria história, à constituição de sua identidade e ao reconhecimento de sua força e de sua capacidade de luta, que se espalhou da fábrica às igrejas, escolas e bairros do ABC paulista.

Nas condições impostas pela ditadura política que vigorava neste momento, a cidade transformou-se em campo de lutas no qual milhares de corpos ocuparam e resistiram, dando visibilidade a uma organização cotidiana. Neste sentido, o Estádio de Vila

Euclides é suporte de memória do trabalhador, eleito pela via da luta operária, uma memória que envolve pelo menos três dimensões: de um lado a dimensão social, ou seja, a da construção da identidade deste grupo social, a partir de vivências e práticas cotidianas no processo de trabalho; por outro lado, a dimensão política, dada pelo fato do movimento dos trabalhadores ter alcançado repercussão nacional e internacional, transformando-se em fato político do momento; e, por fim, a dimensão da cidadania, pois o movimento apontou para a reapropriação da cidade como espaço de luta (IPHAN, 2009).

Curiosamente, aquele que foi o principal palco do movimento operário contestador, do final da década de 1970, tem suas origens ligadas ao próprio processo de industrialização da região do ABC e, portanto, do estado de São Paulo. O estádio foi construído como parte integrante do espaço fabril de uma das mais modernas indústrias têxteis da região do ABC, a Sociedade Elni de Produtos Manufaturados Ltda. Esta empresa é representativa de um momento de transformação profunda do caráter da industrialização pelo qual o país passou na metade do século XX e do novo papel conferido a São Bernardo do Campo: o de moderno parque industrial do país, concentrando investimentos de capital nacional e internacional.

A empresa pode ser considerada como parte deste novo momento da industrialização brasileira e, conseqüentemente, da relação que se estabelecia entre a grande fábrica e a cidade como os cenários preferenciais de um país em transformação. Assim se entende o uso de novas técnicas e materiais de construção na edificação fabril, a adoção de um partido arquitetônico moderno e uma nova concepção do que seria aquele espaço industrial. A Elni inovou por conceber junto ao seu espaço fabril uma praça de esportes com campo de futebol e quadra de esportes para lazer esportivo de seus funcionários dando origem ao estádio que mais tarde será conhecido como Vila Euclides. Como parte integrante do terreno da tecelagem Elni, o estádio testemunha as mudanças marcantes para a cidade no que diz respeito à concepção do espaço industrial, para além da unidade fabril propriamente dita. Ao contemplar funções outras, no caso a de lazer esportivo, demonstra, no agenciamento do espaço, as estratégias empregadas pelo capital para controle de sua força de trabalho.

As novas funções que o espaço industrial vai assimilando no século XX, tais como moradia, lazer, serviços médicos, aparecem como resposta das empresas frente a problemas de ordem técnica-econômica, mas também, social, principalmente frente ao crescente movimento operário reivindicando melhores condições de trabalho e vida

(MOREIRA, 2007). De acordo com a autora, embora signifiquem benefícios, são ainda formas de controle total da vida do operariado.

Para os empresários, assim como para as instituições públicas e religiosas, o tempo livre do operariado deveria ser mais bem empregado, evitando-se os maus hábitos, os vícios e atividades improdutivas em geral, que poderiam corromper a moral e a disciplina do trabalho fabril (DECCA, 1989). Trata-se de um momento em que é necessário criar um novo trabalhador, necessário a expansão do capitalismo industrial no país. Estado e capital unem-se para promover ações voltadas a educação, esporte e lazer, patrocinando um amplo domínio sobre todos os campos da vida social.

Assim sendo, desde as primeiras décadas do século XX, iniciativas foram implementadas para tornar o lazer do operário mais “produtível e saudável” e o esporte e, particularmente, o futebol, têm papel fundamental neste momento. Isso porque o futebol, como esporte coletivo, reforça a solidariedade e a cooperação entre os operários, valores necessários à produção industrial. Além disso, ao ser patrocinado pela empresa, auxilia na construção de uma identidade em torno da fábrica e do time da fábrica, combatendo uma possível identidade da classe operária a partir da luta e da reivindicação.

No entanto, concebido como parte de um programa fabril, no qual o esporte seria peça essencial para controlar os trabalhadores e garantir, assim, a disciplina necessária à linha de produção moderna e selar a solidariedade e a identidade com a marca da empresa, o Estádio da Vila Euclides testemunha outra trajetória a partir de finais da década de 1970, depois de sua desapropriação pela prefeitura municipal. O Estádio se torna o lugar da tomada da consciência e da identidade de classe. De lugar concebido para controlar o trabalhador, tornou-se o lugar da afirmação de sua liberdade e da sua constituição como sujeito coletivo, capaz de fazer sua própria história.

Um lugar, acima de tudo, estratégico na lógica da luta operária (CAMARGO, 2003). De acordo com a autora, como o destino do movimento era decidido coletivamente, por meio de grandes assembleias, contrariando a prática sindical de então, era necessário um lugar capaz de receber um contingente de trabalhadores que aumentava a cada reunião e, ao mesmo tempo, que tivesse uma localização central, ligado por transporte coletivo para facilitar acesso a todos.

Assim sendo, a arquitetura do estádio, simples e desprovida de sentido estético, deve, antes de tudo, ser vista como parte da lógica da localização da luta, de uma geografia da luta operária (CAMARGO, *op.cit.*) que elege determinados lugares na cidade, que se tornam símbolos do movimento. Uma arquitetura que contém o sentido contraditório

de ter sido pensada como parte da lógica industrial, em um projeto de controle do trabalhador, mas que foi, ao mesmo tempo, tornando-se o elemento determinante para se transformar no lugar da luta.

É no Estádio da Vila Euclides que a luta se amplia da esfera do operariado fabril para tornar-se uma autêntica demanda social, um lugar onde se fez história. O movimento canalizou um crescente descontentamento popular com a situação imposta pelo regime militar e, neste sentido, as assembleias e comemorações do 1º de Maio no Estádio da Vila Euclides foram agregando vários segmentos sociais, de políticos de oposição, estudantes, professores, atraídos pelo desejo de manifestação pública de mudança do país, fato que somente reforça o seu papel na memória nacional.

Tais justificativas encontram-se expostas no Dossiê de Tombamento do Estádio, elaborado pelo Iphan de São Paulo, no ano de 2009. No entanto, até o presente momento o tombamento federal não foi efetivado. A ausência de encaminhamento final reforça ainda mais a afirmação inicial deste trabalho no que diz respeito à ausência de políticas públicas de proteção e reconhecimento de patrimônios representativos da memória dos trabalhadores, contraditoriamente em uma gestão que se afirma nesta mesma origem operária.

5. Considerações finais: desafios para as políticas públicas de patrimônio

Com a Constituição Federal de 1988 os preceitos de patrimônio cultural brasileiro foram legalmente transformados, incluindo expressões que extrapolam o excepcional e incluem toda sorte de temas da cultura. Compreender os novos objetos, com metodologias e conceitos balizados, sem cair em generalizações, certamente não é tarefa simples. A valoração de bens culturais ligados à memória operária, como os conjuntos residenciais brasileiros e como os lugares da luta e resistência, apresenta muitos desafios. É no encontro dos necessários e aprofundados saberes técnicos (de fora do âmbito local) com as experiências e valorações locais que pode construir novos sólidos laços que os possibilitem, se assim se concluir, permanecer às gerações futuras.

Se a ampliação do campo de valoração do patrimônio recebeu restrições de especialistas como Jeudy (2007), que têm criticado com veemência a excessiva patrimonialização da sociedade contemporânea e suas práticas seletivas ampliadas, parece correto afirmar que as mudanças na consideração do patrimônio a salvaguardar e as críticas sobre sua exagerada condição não correspondem às

convenções internacionais do campo disciplinar do patrimônio cultural e do conceito de bem cultural. Não custa lembrar que a Carta de Veneza, documento base do Icomos e basilar na preservação de obras e conjuntos urbanos, traz clara a noção de monumento extrapolando o entendimento da obra arquitetônica única e isolada, conforme discute KUHL (2010).

As críticas sobre a preservação desmedida da sociedade contemporânea isolam-se em meio aos enormes esforços de mudança dos cânones patrimoniais, cujo reconhecimento da multiplicidade do universo cultural é ponto central. Para Rébérioux (1992), em artigo sobre o patrimônio operário, pautada no conceito de lugar de memória de Nora (1997), muitos e variados são os lugares urbanos de memória do mundo operário. Segundo Menezes (1992), os “lugares de memória” de Nora são bastante operativos e úteis para articular práticas, agentes, referenciais e conteúdos de memória, pois condensam muitos sentidos da memória – materiais, simbólicos e funcionais.

Sua preservação fundamenta-se na trajetória de luta política dos trabalhadores e da visibilidade aos espaços daqueles que por poucas vezes tiveram lugar e oportunidade. Adquire sentido também político, já que a memória é uma estratégia de transformação da sociedade, como o são, as práticas de preservação do patrimônio. Insere o mundo do trabalho na complexa teia das lembranças e dos esquecimentos que são as proteções por lei de artefatos da cultura material, ampliando suas possibilidades seletivas.

Como mostrou Poretti (2003), as questões de salvaguarda dos conjuntos habitacionais passam pelas transformações mais evidentes e recorrentes (fechamento de balcões, substituição de envasaduras, mudança das cores originais e introdução de equipamentos de segurança) e transbordam para o entendimento dos reais comprometimentos que causam na identidade e na qualidade dos conjuntos. O central é reconhecer e atribuir-lhes valor, entendendo que as habitações coletivas, nas mais diversas partes do mundo, são hoje parte viva e integrada da periferia da cidade contemporânea.

A ampliação conceitual do campo do patrimônio que ocorre desde os anos 1960, com ações efetivas nos anos 1980 e novo fôlego recentemente no Brasil com as políticas de patrimônio imaterial e paisagem cultural levadas a termo pelo Iphan, impõe a necessidade de encontrar novos desafios para o patrimônio edificado e incorporar decisivamente os vínculos memoriais. Os valores nacionais impressos na materialidade são resignificados e os critérios meramente estético-estilísticos não

endereçam com propriedade as aspirações de memória e identidade demandadas pela sociedade. Pensar na manutenção dos conjuntos residenciais modernos e no reconhecimento dos espaços de luta operária é ultrapassar a fronteira da própria materialidade, mantida como um valor em si, mas pelos valores que estão nela representados.

É necessário entender o caráter não monolítico dos valores culturais, existindo múltiplas variantes de valoração, podendo ser cognitivas, formais, afetivas e até mesmo pragmáticas. Nos conjuntos residenciais e nos espaço de luta e resistência aqui tratados, moradores, estudiosos, usuários e cidadãos compartilham tais significações. Elas podem ser cognitivas porque são testemunhos de técnicas construtivas, de políticas de habitação, de dada estética arquitetônica e urbanística, formais na medida em que representam a estética de determinado momento, afetivas já que são espaços de viver queridos de inúmeras gerações e, finalmente, pragmáticas, pois justamente são o teto que abriga, a escola que ensina, o estádio que congrega ou a praça em que brincam centenas de crianças as em todo país.

Referências bibliográficas:

CARLOS, A.F.A. *Lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAMARGO, N. A.L. *A geografia das lutas metalúrgicas do ABC na virada dos anos 70 do século XX*. Mestrado (Dissertação) - FFLCH/USP, 2004.

CASTRIOTA, L.: ARAUJO, G. "Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI", *Arquitetura revista*, São Leopoldo-RS, vol. 5, nº 1, pp. 38-54, jan./jul. 2009.

CERROTI, A. "Construções residenciais públicas em Roma no Segundo Pós-Guerra: O bairro. INCIS em Decima". Tradução Beatriz M. Kühn. *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP*, São Paulo, nº 23, pp. 194-199, 2008.

DECCA, M.A.G. *Cotidiano de trabalhadores na República*. São Paulo 1889/1940. São Paulo Brasiliense, 1989.

DECCA, E.S. de. "Memória e Cidadania". In: Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 129 -136.

FRASSON, A. *Habitação social e arquitetura moderna: a apropriação dos conjuntos residenciais dos IAPs (1940-2000)*, Dissertação (Mestrado) EESC-USP. São Carlos, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dossiê de Tombamento do Estádio da Vila Euclides, São Bernardo do Campo/SP*. São Paulo: Iphan, 2009.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

JEUDY, H.P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KUHL, B. M. "Notas sobre a Carta de Veneza". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol.18, nº 2, pp.287-320, jan/dez 2010.

MATOS, O.C.F. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço e Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 7, 1982, p. 45-52.

MANGABEIRA, W. *Lembranças de Moucouzinho (1943-1964): estudo de um conjunto residencial construído pelo Estado para os trabalhadores industriais*. Dissertação (mestrado) IUPERJ. Rio de Janeiro: 1986.

MENESES, U. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DPH. *O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.189-194.

_____. A história cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP*, São Paulo, v.34, p. 9-24, 1992.

MIGUEL, Anna Carolina. "Abastecimento cultural". Disp. em: www.vivafavela.com.br Acesso em 12.8.2004.

MOREIRA, D.C. *Arquitetura ferroviária e industrial. O caso das cidades de São João Del Rei e Juiz de Fora (1875-1930)*. Mestrado (Dissertação) – EESC/USP, 2007.

NASCIMENTO, F.B. & SCIFONI, S. A arquitetura e a paisagem dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira". IN: IPHAN/COPEDOC. *A questão nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa/ Copedoc*. Rio de Janeiro: Iphan / DAF / Copedoc, 2010.

NORA, P. *Les lieux de mémoire*, Paris: Éditions Gallimard, 1997.

PORETTI, Sergio. "Dal piano al patrimonio INA Casa". In: CAPOMOLLA, Rinaldo & VITTORINI, Rosalia (org.). *L'architettura INA Casa (1949-1963). Aspetti e problemi di conservazione e recupero*. Roma: Gangemi, 2003.

PREFEITURA DO RIO. *Ramos, Penha e Olaria*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

RÉBÉRIOUX, M. Os lugares da memória operária. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DPH. *O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. pp.47-56.

SEABRA, O.C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, nº 2, v.1, 2004, p.181-206.

SILVA, Helga Santos. *Arquitetura moderna para a habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)*. Dissertação (Mestrado) PROARQ UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

SILVEIRA, Flávio da & BEZERRA, Márcia. “Educação patrimonial: perspectivas e dilemas”. In: LIMA FILHO, Manuel; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp.81-97.

SZÜCS, Carolina; TREIVELLA, Luciana; SOUZA, Marina. “Preservando o Patrimônio da Vila Operária do Saco dos Limões”. In: SEGAWA, Hugo et al. *Seminário Docomomo Brasil* (5, 2003: São Carlos). Anais do 5º Seminário Docomomo Brasil. CD-ROM.